

DIVERSIDADE

» ANA LUISA ARAUJO
» MALU SOUSA*

Na próxima terça-feira, será comemorado o Dia Nacional da Luta pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, data importante para a reflexão sobre a situação desses colaboradores no ambiente de trabalho. É tempo para questionar se a inclusão iniciada há 30 anos é satisfatória.

São 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, correspondendo a 25% da população brasileira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 1% desse exército está empregado no país. Essa realidade tem melhorado desde 1991, quando o Brasil aprovou a Lei de Cotas, que obriga as empresas com 100 ou mais empregados a terem, em seus quadros de funcionários, de 5% a 25% de pessoas com deficiência (PCDs).

De acordo com o procurador do trabalho Piero Menegazzi, os dados oficiais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019 revelam que o preenchimento das vagas de trabalho reservadas às pessoas com deficiência chegava a 53% no Brasil. Para se ter uma ideia, esse índice era de apenas 11,4% em 2000.

Também conforme a relação do Ministério Público do Trabalho, havia em torno de 469 mil vínculos de emprego formal de PCDs no país, sendo que isso representava apenas 1,1% do total de trabalhos formais naquela ocasião. Piero considera que é preciso haver transformação na cultura da sociedade, apesar da lei. “São necessárias mudanças culturais, que são favorecidas por políticas públicas com foco na inclusão, como a chamada educação inclusiva”, cita.

De acordo com pesquisa realizada pela agência de empregos Catho, 34% dos profissionais com deficiência de sua plataforma se sentem isolados no ambiente de trabalho. Além disso, eles reclamam da falta de perspectiva de carreira (56%) e da sensação de serem apenas um funcionário de cota (46%). Segundo o levantamento, esses são os fatores que mais os fazem desistir de um trabalho. Para que esse cenário mude, as pessoas com deficiência acreditam ser necessário que empresas lhes ofereçam salário compatível com a qualificação do profissional (65%), plano de carreira (50%) e bom ambiente de trabalho (43%).

Outro ponto a ser considerado, segundo o representante do MPT, é



Viviane Peres trabalha em um colégio há 10 anos. Ela se sente respeitada por todos

URGÊNCIA DA INCLUSÃO

A Lei das Cotas, que completou 30 anos em julho, reforça a contratação de pessoas com deficiência, mas as empresas não conseguem, ainda, inserir adequadamente esses colaboradores no ambiente de trabalho. Faltam acessibilidade e uma cultura sem preconceito

a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, que objetiva superar diversas barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações. É preciso, além disso, modificar as barreiras de atitude existentes. Dessa forma, segundo ele, seria mais fácil que PCDs tivessem acesso à vida em sociedade, logo, mais oportunidades de trabalho.

Sem acessibilidade

O primeiro emprego com carteira assinada de Viviane Peres, 46 anos, foi o concurso estadual para professor na cidade de Toledo, no Paraná. Formada em pedagogia, a professora não conseguia emprego na sua área antes de passar em um concurso, porque nenhum local era adaptado para cadeirantes.

Mesmo depois de conquistar uma colocação na rede de ensino do Paraná, os problemas não acabaram, pois foi difícil alocar a pedagoga em uma escola que tivesse estruturada para recebê-la. Não conseguindo, precisou lutar pela acessibilidade no local, que iria trabalhar todos os dias.

Antes de passar no concurso, ela havia trabalhado sem carteira assinada como secretária de uma loja de mecânica e como professora de pintura em telas. Viviane se mudou para Brasília porque o marido Oldemar Barbosa, 47 anos, concursado, foi transferido para a cidade.

Aqui, não foi difícil se estabelecer. Logo, conseguiu emprego no Colégio Sigma de Águas Claras como orientadora do ensino funda-

mental — anos finais. A pedagoga atua na escola há 10 anos. A escola foi construída com adaptações. A estrutura é nova e, quando chegou ao local, não se sentiu deixada de lado ou prejudicada, por esse e outros motivos, a orientadora educacional gosta bastante do local em que trabalha.

Dos 46 anos de vida, convive com a deficiência há 44 anos. Com um ano e oito meses, a profissional teve poliomielite. A doença afetou membros superiores e inferiores, e ela ficou com limitações parecidas às da tetraplegia. “Consigo me virar: dar banho, cuidar da minha filha, mas dentro das adaptações necessárias”, conta.

Viviane se considera bem resolvida em relação à deficiência. No entanto, há uma cobrança velada. “Acho que a PCD precisa provar o tempo todo que é capaz. Você sofre com a pressão de achar que não vai dar conta, ou se o local de trabalho vai atender às necessidades”, diz.

Dificuldades

De acordo com a orientadora educacional, o que o cadeirante precisa é de mais estrutura, mas ela diz não saber se isso é preconceito ou não. “Preconceito vem muito de você não acreditar no potencial de alguém, de pensar que não vai dar conta”, lamenta. O Brasil, para a pedagoga, não está preparado para conviver com PCDs. As rampas, segundo ela, não têm um bom declínio, o transporte não oferece um serviço adequado e, quase sempre, é preciso estar com alguém para que o cadeirante consiga se locomover pelas ruas.

A pedagoga fala do momento em que deu à luz a sua filha. As enfermeiras nunca tinham dado assistência a pessoa com deficiência, mesmo o hospital sendo particular. Aquele momento foi complicado para Viviane, pois nem mesmo os profissionais que deveriam saber cuidar dela em um momento de necessidade estavam capacitados.

Viviane ainda deixa claro que as empresas não contratam pessoas com deficiência porque são “boazinhas”, e, sim, porque estão cumprindo uma lei. “Isso é direito adquirido, é previsto por lei que a gente dê conta de se sustentar com nosso próprio trabalho, por mérito. Meu marido é cadeirante e enfrentou várias questões para assumir a posição no concurso em que passou. Tudo é uma luta muito grande”, desabafa.